

Sumário

Capítulo 1: Introdução	1
Capítulo 2: A Evolução Histórica da Interpretação Jurídica	7
2.1) A jurisprudência dos conceitos e o positivismo formalista	8
2.2) A jurisprudência dos interesses e o positivismo economicista	10
2.3) A jurisprudência dos valores e o pós-positivismo	13
Capítulo 3: Os Valores da Segurança Jurídica e da Justiça como Cânones da Interpretação no Direito Tributário: os Princípios da Legalidade e da Capacidade Contributiva	19
3.1) Segurança jurídica, princípio da legalidade tributária e a teoria dos tipos.....	21
3.1.1) A legalidade tributária e os conceitos indeterminados	35
3.1.2) A legalidade tributária e as cláusulas gerais	41
3.1.3) A tipicidade fechada como causa da crise axiológica no direito tributário brasileiro	44
3.2) O princípio da capacidade contributiva e a interpretação.....	46
3.2.1) Breve histórico da capacidade contributiva.....	46
3.2.2) Fundamento, conteúdo e extensão do princípio da capacidade contributiva	55
3.2.3) Conflitos da capacidade contributiva com outros interesses almejados pela tributação.....	69
3.2.4) A capacidade contributiva como princípio interpretativo ...	75

Capítulo 4: A Interpretação da Lei Tributária	79
4.1) A interpretação da lei na teoria geral do direito.....	80
4.1.1) A atividade hermenêutica.....	81
4.1.2) A interpretação quanto à extensão	83
4.1.3) Os métodos de interpretação	86
4.1.3.1) O método literal.....	88
4.1.3.2) Método lógico.....	91
4.1.3.3) Método sistemático.....	91
4.1.3.4) Método histórico.....	94
4.1.3.5) Método teleológico	97
4.2) A interpretação no direito tributário.....	101
4.2.1) A consideração econômica como reflexo do método teleológico no direito tributário	102
4.2.2) A interpretação da lei tributária no brasil	107
4.2.3) A interpretação das normas isençionais	111
4.2.4) A vedação da analogia.....	113
Capítulo 5: A Evasão e a Elisão Fiscal à Luz das Escolas de Interpretação da Lei Tributária	117
5.1) A elisão abusiva violadora do valor da justiça	119
5.2) O combate à elisão abusiva	121
5.2.1) O combate à elisão pela interpretação.....	122
5.2.2) O combate à elisão e a teoria do abuso de direito.....	124
5.2.2.1) Conceito e requisitos do abuso de direito	124

5.2.2.2) O abuso de direito no direito tributário.....	125
5.2.2.2.1) Requisitos da elisão abusiva.....	126
5.2.2.2.2) Distinção entre abuso de direito e simulação	128
5.2.2.2.3.) Modalidades de elisão abusiva	129
5.2.2.2.4) Abuso de direito e licitude.....	133
5.2.3) O combate à elisão e as cláusulas antielisivas.....	135
5.2.3.1) As cláusulas antielisivas no direito comparado.....	136
5.2.3.2) As cláusulas antielisivas no Brasil.....	139
5.2.3.2.1) A Cláusula Geral Antielisiva do parágrafo único do artigo 116 do CTN.....	140
5.2.3.2.2) As cláusulas antielisivas específicas	148
5.2.4) Os fatos geradores supletivos, as presunções e as ficções jurídicas.....	151
Capítulo 6: Conclusões.....	155
Bibliografia.....	167